

**OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO:
um instrumento na detecção de fraudes e erros no departamento contábil de uma
concessionária de veículos em Goiânia**

Ysllayny Arruda da Silva¹

Cleomar Teles Macedo²

RESUMO: O mercado está cada vez mais competitivo, e as organizações sentiram a necessidade de se atualizarem para cumprir as exigências do mesmo. Este fato provocou uma adequação de controle interno nas organizações. O presente artigo abordou os procedimentos de controle interno, demonstrando que o mesmo é uma ferramenta de grande importância para as novas exigências do mercado. Teve-se como objetivo geral analisar os procedimentos de controle interno, como vantagens e qualidade, na confiabilidade de informação no que diz respeito a organização. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, como também a pesquisa documental e explicativa. Através das análises apresentadas, observou a importância da adequação da empresa, pois há falhas do controle interno, tais como, as ferramentas utilizadas para este controle e segregações de funções. Concluiu-se que é necessária uma correção e análise do controle interno na organização e qualificação de informação, para que tal empresa seja verdadeira perante o Estado e nas suas informações financeiras.

Palavras-Chave: Controle Interno. Auditoria Interna. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO:

O controle interno surgiu por meio da evolução das organizações, da expansão do mercado, das competições e das acirradas concorrências, transmitindo às empresas a carência de informações e procedimentos internos sustentáveis, fato que veio a desencadear a ênfase em controles organizacionais. As demonstrações contábeis passam a ter mais importância para os donos das empresas, e o controle interno aparece como uma prática periódica para melhoria no meio organizacional, garantindo a eficiência e eficácia na gestão.

O controle interno aprimora-se dentro de uma organização, quando possui uma auditoria interna. A auditoria interna atua como um monitoramento favorece a empresa uma maior confiabilidade em suas demonstrações financeiras, subtrai possíveis erros e fraudes e certifica a organização da veracidade de seus demonstrativos. Nesse sentido, a pesquisa

¹ Graduada em Ciências Contábeis, pela Faculdade Alfredo Nasser.

² Especialista - MBA em Finanças e Controladoria - Uni-anhanguera-GO. Graduado em Ciências Contábeis - Universidade Salgado de Oliveira - Universo-GO. Graduado em Administração e Gestão Econômica - Faculdade Ávila de Ciências Humanas e Exatas. É professor do curso de Ciências Contábeis na Faculdade Alfredo Nasser.

abordou-se a seguinte problemática: O controle interno tem sido eficaz na detecção de fraudes e erros em uma concessionária de veículos em Goiânia?

Este artigo tem-se como objetivo geral os aspectos qualitativos e de melhoria no controle interno de uma concessionária de veículos de Goiânia, no quesito detecção de fraudes e erros no departamento de contabilidade, visando qualificação e assertividade em suas demonstrações contábeis. O objetivo específico da pesquisa foi o aspecto teórico do controle interno, avaliando sua importância e analisando a influência que o mesmo tem para o avanço da organização.

O artigo está estruturado em três partes: primeiramente têm-se a introdução; em seguida o debate teórico onde destaca os temas, contabilidade, controle interno e sua definição, a importância que o mesmo tem para a empresa, os procedimentos de controle interno e auditoria interna na detecção de fraudes e erros, e o controle interno no processo decisório dentro do departamento de contabilidade. E a última parte do trabalho, aborda a metodologia aplicada à pesquisa, as análises dos dados e as considerações finais.

Justifica-se assim, a importância dessa pesquisa para as concessionárias de veículos, no sentido de se adequarem as mudanças, tanto no mercado, como nas leis, regras e diretrizes vigentes na atualidade, no quesito de controle e qualificação organizacional. E justifica-se ainda, para os alunos do curso de ciência contábeis pela importância do tema, que favorece tanto para que as organizações tenham confiança em suas demonstrações financeiras, como para os alunos se aprimorem em seus conhecimentos educacionais.

2 DEBATE TEÓRICO

O debate teórico deste trabalho foi embasado com diversos autores que abordaram o tema da auditoria e do controle interno, ressaltando sua relevância e importância para as empresas. As definições do controle interno foram apresentadas com base nos fundamentos e o ciclo histórico científico do mesmo.

2.1 Contabilidade Gerencial

“Contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos econômicos da organização”. (ATKINSON, 2000, p. 36). Sendo assim, esta tornou-se uma ferramenta de gestão, que transmite a informação com o intuito de favorecer o avanço organizacional.

Crepaldi (2008, p. 5) relata que:

(...) contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

O principal enfoque da Contabilidade Gerencial é o método de fornecimento de informações financeiras aos gestores, ou seja, procura transmitir desenvolvimento e busca da continuidade a empresa, com pontos de planejamento estratégicos que forneçam confiabilidade ao futuro da organização. “Planejar é tanto o processo de formular objetivos, quanto os de formular estratégias” (GEORGE e JONES, 2008, p. 9), e a informação contábil deve ser pautada com a intenção de fornecer tal ação a ser tomada.

A informação contábil revela seu valor, quando instrui e direciona os gestores em seu processo decisório. Ching (2003, p. 4), diz que “para poder trabalhar de maneira efetiva, as pessoas em uma organização precisam constantemente de informação a respeito do montante de recursos envolvidos e utilizados”.

Aplica-se contabilidade gerencial em todas as áreas e setores dentro da organização. Padoveze (2000, p. 34), diz que “Contabilidade gerencial deve suprir, através do sistema de informação contábil gerencial, todas as áreas da companhia”, visto que a contabilidade vem sendo implantada também como outros segmentos dentro das empresas, e um deles é a auditoria, que com as diversas expansões internas das empresas, viu-se uma ferramenta necessária para exatidão das informações contábeis organizacionais.

2.2 Auditoria: Conceito e Histórico

Com a busca da exatidão das informações contábeis, a auditoria veio como uma técnica de analisar dados, validando ou não, as informações da empresa e para avaliar os procedimentos, rotinas, ações e métodos organizacionais, analisando também demonstrações contábeis da organização.

Franco e Marra (2000, p. 26) afirma que a auditoria:

Compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

Auditoria é uma avaliação das informações da empresa, para que se concretize a veracidade de acordo com as leis, regras e diretrizes. É uma técnica contábil aplicada sistematicamente por um profissional especializado no assunto (Contador especializado em auditoria), que audita as informações passadas de acordo com as normas vigentes.

Martins e Morais (2007, p. 34), diz que a “Auditoria funciona como o processo sistemático para obter e avaliar prova acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios preestabelecidos, assim como comunicar conclusões aos interessados”, ou seja, é aplicada e avaliada por meios de exames, registros e documentos organizacionais, os quais o auditor aplica determinados testes para que se examine e emita o parecer de opinião necessário.

a auditoria é uma teologia contábil aplicada ao sistemático exame de registro, demonstrações e de quaisquer informações ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais de riqueza azienda, pública ou privada. (SÁ, 1998, p. 25).

Nota-se que a auditoria está ligada ao surgimento da própria contabilidade, visto que logo após a expansão da mesma, as organizações viram-se carente de uma validação de informações, cenário na qual a auditoria começou a originar-se.

Almeida (2010, p.1) diz que:

Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos e serviços do mercado.

Attie (2010) relatou que o surgimento e evolução da auditoria primeiramente está relacionado com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas.

A auditoria surge devido ao crescimento do mercado, da necessidade de adequação e assertividade das empresas no seu meio organizacional.

Franco e Marra (2009) relata que a auditoria surge com o interesse de confirmação dos dados contábeis devido ao aparecimento das grandes empresas e pela cobrança do imposto de renda.

Franco e Marra (2000, p. 37) complementa que:

A grandeza econômica e comercial da Inglaterra e da Holanda, em fins do século passado, bem como dos Estados Unidos, onde hoje a profissão é mais desenvolvida, determinou a evolução da auditoria, como consequência do crescimento das empresas, do aumento de sua complexidade e do envolvimento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos.

Relata-se grande evolução na auditoria, tudo isso devido ao crescimento e avanço das empresas, principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra e Holanda, que passou a ter obrigatoriedade, devido a capitais negociados na Bolsa de Valores.

Segundo Attie (2010, p. 29), a auditoria no Brasil está “primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas”. Esta veio de ramificações de outros países, também com a evolução das organizações, de empresas internacionais que vieram para o Brasil, e da necessidade de que as leis se inter-relacionem.

A instalação da primeira empresa de auditoria no Estado brasileiro foi em 1909, porém somente em 1976 que a auditoria se consolidou e expandiu-se. De acordo com Attie (1992, p. 34) devido:

- Filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- Financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- Crescimento das empresas brasileiras e necessidades de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- Evolução do mercado de capitais;
- Criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972

A auditoria no Brasil passa a desenvolver e atuar como uma ferramenta de validação de informação, como ferramenta de auxílio a administração, como tomada de decisão e no processo de estratégias gerencias.

A auditoria se divide em externa e interna. A auditoria externa segundo Attie (1998, p. 174), “é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada, e que poderá ser contratado para auditoria permanentemente ou eventualmente”. Já auditoria interna, é exercida por um funcionário da

própria empresa, que está ligada administração e as funções da própria organização. Portanto, a auditoria é um sistema de avaliação, interna ou externa que visa a saúde organizacional.

2.3 Auditoria Interna

Boynton, Johnson e Kell (2002) define auditoria como uma atividade independente de fornecimento de segurança objetiva e de consultoria que visa acrescentar valor a uma organização, e melhorando suas funções. Auditoria interna é a avaliação de adequação do sistema organizacional.

A implantação da auditoria interna favorece a empresa uma maior confiabilidade de informações organizacionais. A auditoria interna visa à saúde organizacional, com o critério de implantar procedimentos administrativos para um melhor controle organizacional.

A aplicação dos procedimentos de auditoria precisa estar atrelada ao objetivo que se quer atingir. O objetivo é a meta alcançada. “Os procedimentos são os caminhos que levam a consecução dos objetivos”. (ATTIE, 2007, p. 157).

Attie (2007) questiona os procedimentos de auditoria como ferramentas que possibilitam a formação de opinião. A auditoria interna por sua vez, traz para a organização a avaliação periódica das informações, que anteriormente eram apresentadas pela administração. A auditoria traz para o controle interno a confiabilidade, expondo pontos fortes para a apresentação das informações contábeis.

Conforme Crepaldi (2007, p. 125), a auditoria interna é um sistema de “controle contábil que acompanha e estuda o cerceamento de erros e fraudes através de cuidar de técnicas de revisão constante de processos e acontecimentos.” Já Dias (2012, p. 23) “A finalidade da auditoria interna resume-se em auxiliar os membros da empresa no desempenho de suas atividades”.

Segundo Attie (1992, p. 29), os objetivos da auditoria interna são:

- examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para auferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;
- examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;
- examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real; · verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica;

- examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado; e
- comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas.

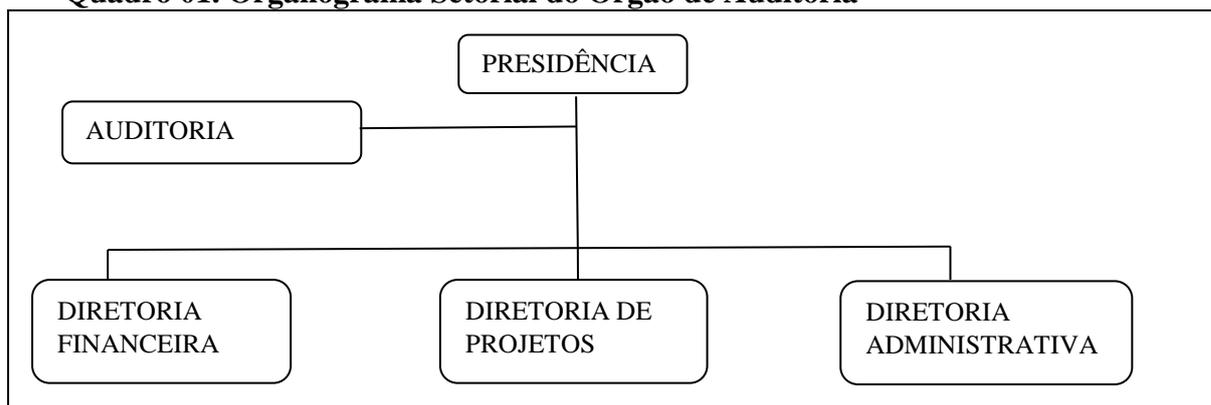
Portanto, o objetivo da auditoria interna é de examinar a integridade e exatidão das informações apresentadas na empresa.

2.4 O Auditor Interno

O profissional de auditoria interna exerce a função de “líder” interno, auxilia na administração como ferramenta na tomada de decisão e qualificação organizacional.

Segundo o organograma abaixo, verifica-se a posição do auditor interno dentro da organização.

Quadro 01. Organograma Setorial do Órgão de Auditoria



Fonte: Almeida, 1996, p. 25. Adaptado pela autora.

Conforme o organograma acima, o auditor interno tem sua posição hierárquica após a presidência. O auditor atua internamente e sua função é analisar, criticar, expor ideias e recomendações dentro das leis vigentes.

Conforme Carneiro (2013, p. 24), “o Auditor Interno constitui um suporte poderoso para a gestão na resposta às suas responsabilidades básicas de supervisão, salvaguarda dos ativos, fiabilidade dos registros financeiros e eficiência das operações, numa lógica de sistema de controlo interno sadio”.

O auditor assume o papel de avaliação da gestão, verifica se seus procedimentos internos estão sendo aplicados dentro da organização. Crepaldi (2007), em uma divisão de

natureza dentro da organização, relata como o auditor interno se coloca na seguinte referência:

Quadro 02. Tipos de Auditores

AUDITOR INTERNO	assume as funções gerais no sentido do comando, coordenação e conexões da Auditoria com a Direção Administrativa Superior da célula social;
AUDITOR A PRIORI	Assume as funções de revisão de todos os fatos “antes que sejam registrados contabilmente” ou de outros mesmos “antes que sejam consumados pagamentos ou recebimentos.”
AUDITOR A POSTERIORI	Assume as funções de revisão de registros contábeis e verificação de saldos de contas em confronto com as realidades físicas;
AUDITOR DE MÉTODOS E SISTEMAS	Assume a função de testes e estudos permanentes dos sistemas de organização e controles.

Fonte: Crepaldi, 2007, p.148. Adaptado pela autora.

Verifica-se pelo quadro acima, as funções que o auditor interno assume dentro da organização, refere-se que há suporte interno de auxílio e avaliação do controle interno, visto que visa atuar identificando pontos de melhorias e correções internas, auxiliando na subtração de erros e fraudes dentro das empresas.

2.5 A Auditoria Interna como Ferramenta de Gestão

A auditoria interna proporciona maior confiabilidade das informações organizacionais, visto que os gestores buscam no cenário de hoje, ferramentas para qualificação de suas gestões.

Define-se a auditoria como levantamento, estudo e avaliação das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. A “auditoria constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente à legislação específica”. (CREPALDI, 2007, p. 3).

Pode-se afirmar que a auditoria é uma ferramenta de análise, que proporciona para gestão a melhoria nos processos e nos controles organizacionais, visto que suas informações são ser concretas, precisas e confiáveis.

A auditoria interna funciona como mecanismo de relacionamento ao controle interno. Faz-se necessário uma qualificação no controle da organização, para que a auditoria tenha melhor resultado em sua aplicação.

2.6 Controle Interno

O controle interno são procedimentos realizados dentro da organização, seja método ou medidas adotadas pela administração. Produz dados confiáveis na condução dos negócios da empresa e aperfeiçoa os procedimentos utilizados pela mesma.

Segundo Sá (2000, p. 106), o controle interno é:

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar e validar dados fornecidos pela contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções a direção.

Para Almeida (1996, p. 25), “O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

O controle interno é a ferramenta da auditoria interna, favorece o auditor na realização do seu trabalho. Já o auditor externo, por exemplo, a quantidade de suas aplicações de teste de auditoria é evidenciada pela qualidade do controle interno da organização.

Com a revolução das organizações, alavancada de informações e avanço tecnológico, as empresas viram-se carentes de procedimentos internos sustentáveis. Houve a necessidade de informações organizacionais confiáveis, que ocasionou o surgimento do controle interno dentro das organizações. Gomes e Salas (1999), afirma que a partir de então, o controle de gestão tem experimentado considerável expansão conceitual. Sabe-se que as empresas passaram a ter uma crise na gestão, por isso surgiu o controle interno, o qual veio como uma ferramenta para a proteção dos bens, recorrentes a fraudes e erros, nos meios organizacionais.

O controle interno no Brasil surge desde muito cedo, na época da colonização, quando a coroa portuguesa descobriu o Brasil, e então começaram as ações no Estado. Foi necessário o exercício do controle interno para administrar os recursos extraídos, com todo o comércio decorrente da exploração do solo brasileiro. Com o avanço da evolução brasileira, o crescimento estatal e dos comércios, o controle organizacional passa a ser alvo para uma boa

economia, e, em 1988 com a Constituição Federal do Brasil, criou-se o Sistema de Controle Interno, para abranger a Administração Pública, como também seus atos e poderes.

Desde a criação do Sistema de Controle Interno (SCI), tanto os órgãos públicos como as empresas privadas passaram a intensificar na gestão de controle, com a busca de uma assertividade melhor para o andamento econômico. SILVA (2002,) diz que o Controle Interno atuava examinando e validando as informações sob os aspectos da legalidade e da formalidade. Isso fez com que gestores adotassem o controle interno para o bom andamento de suas gestões.

2.6.1 Objetivos e Funções do Controle Interno

O objetivo fundamental da implantação do controle interno dentro da organização, é a qualificação das informações internas da empresa, visto que a mesma irá transmitir a veracidade das demonstrações contábeis.

Attie (1988, p. 204), diz que o controle interno tem cinco objetivos básicos:

- a salvaguarda dos interesses da empresa;
- a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiro operacionais;
- propiciar uma estrutura operacional eficiente para que se alcance a eficácia das organizações;
- o estímulo à eficiência operacional; e
- a aderência às políticas existentes.

O controle interno tem por objetivo mostrar com precisão as informações da empresa, além de apresentar a confiabilidade da gestão organizacional, tal fato transmite aos gestores o avanço em seus resultados operacionais e assertividade das informações perante as leis vigentes.

Crepaldi (2013, p. 473) questiona os controles contábeis como:

- Segregação de funções: cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
- Sistema de autorização: controla as operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos;
- Sistema de registro: compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um plano de contas que facilita o registro e preparação das demonstrações contábeis, e a utilização de um manual descritivo para o uso das contas.

A função do controle interno compreende-se como uma ferramenta que permite pesquisa de fatos analisados, a fim de facilitar e colaborar com o processo interno dentro da organização.

Segundo Attie (1998, p. 114), afirma que:

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custo-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como por exemplo, estudo de tempos e movimentos e controle de qualidade.

O controle interno faz parte da área contábil, porém é de suma importância a sua utilização em todos os departamentos organizacionais.

Sá (2000, p. 106) afirma que:

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar e validar dados fornecidos pela contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções a direção.

O controle interno é uma ferramenta que auxilia a entidade no alcance de seus planos, metas e objetivos. Almeja que as políticas internas dentro da empresa sejam seguidas, e que o plano de meta seja alcançado por toda organização, afim de que o controle interno seja de fato um plano de gestão para alcance de resultados organizacionais.

2.6.2 Controle Interno como ferramenta do Auditor Interno

Sabe-se que a função de auditoria interna ou externa, necessita de um controle interno qualificado, para que possa ter confiança nos dados apresentados para a sua aplicação. Attie (1998, p. 110) afirma que “controle interno se refere a procedimentos de organização adotados como planos permanentes da empresa,” tal fato, apresenta o relato que, a auditoria funciona junto com o controle interno.

Almeida (2010, p. 41) diz que em caso de auditoria externa, “o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, a fim de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria”, ou seja, é o grau de qualificação do controle interno que apresentará as extensões dos testes em caso de empresa auditada.

Ainda o mesmo autor, “não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo

o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado as novas circunstâncias” (ALMEIDA, 2010, p. 49), tal relato é referido a auditoria interna, visto que a auditoria e controle interno andam juntos para a melhoria e plano estratégico da organização.

2.6.3 Sistemas de controle interno

Descrimina-se como sistema de controle interno a aplicação de sistemas internos dos quais favorecerem a empresa no intuito de seguir políticas, leis, normas e procedimentos da organização.

Segundo Attie (1998, p. 114), diz que:

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custo-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como por exemplo, estudo de tempos e movimentos e controle de qualidade.

O sistema de controle engloba um conjunto de características, seja política da empresa, procedimentos ou quaisquer instrumentos aplicáveis internamente. É fato que, o sistema de controle necessita de planejamento estratégico, o qual fornecerá os sistemas que serão aplicados a empresa de acordo com sua necessidade.

Segundo Almeida (1996, p. 55), “o sistema de controle interno deve ser estabelecido com rotinas, de modo que uma área controle a outra”. Essa colocação torna-se assertiva devido a funcionalidade de todas as áreas que se relacionam entre si. O sistema de controle nada mais é que um plano de organização interna, uma análise da gestão sobre os diversos departamentos existentes na organização.

Dentro da entidade, controlar torna-se uma avaliação contínua das informações transmitidas. Devido as mudanças mercadológicas, as organizações estão atualizando as informações e praticando o controle interno, com o intuito de crescimento.

2.6.4 Tipos de controle interno

Attie (2010), diz que o controle interno pode estar relacionado tanto a contabilidade quanto a administração. Dentro da organização há o grupo administrativo e o de natureza contábil, ou seja, o controle interno pode ter característica administrativa e contábil.

D'Avila e Oliveira (2002, p. 25), “os controles contábeis são compostos pelo plano organizacional, procedimentos e registros que se referem à salvaguarda dos ativos e à veracidade dos registros financeiros”. O controle de característica contábil refere-se a todos os relatórios referentes aos demonstrativos de origem contábil da empresa, demonstra a saúde financeira da organização.

Já Almeida (2003) relata que controles contábeis são sistemas de conferência, aprovação e autorização, segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa), controles físicos sobre ativos e auditoria interna.

Sabe-se que o controle contábil nada mais é que um plano organizacional de registros contábeis, no qual tem a finalidade de controlar funções afins da área contábil.

Já os controles administrativos não se limitam ao planejamento organizacional, procedimentos e registros que se referem aos processos de decisão ligados à autorização de transações pela administração (D'AVILA E OLIVEIRA, 2002).

Os controles administrativos compreendem procedimentos com ênfase nas políticas internas da empresa, visa à saúde da organização, objetiva favorecer uma gestão de qualidade.

Crepaldi (2013, p. 473) diz que:

- Normas salutaras que observam as práticas saudáveis aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções;
- Pessoal qualificado, que esteja apto a desenvolver suas atividades bem instruído e supervisionado por seus responsáveis.

Faz-se necessário um cenário de implantação de sistemas de controle interno, com estratégias organizacionais e controle interno que forneça minimização de erros e fraudes.

2.6.5 O controle interno na detecção de fraudes e erros

Para se ter um bom controle interno, faz-se necessário criar ótima garantia contra ocorrência de erros, fraudes e irregularidades dentro da instituição. Um bom controle interno previne acontecimento que possa gerar risco econômico-financeiro a empresa. (ATTIE, 2010).

Uma organização com um controle interno de qualidade, com uma boa conduta ética em seu quadro de funcionário, é o princípio básico para evitar fraudes e erros, sejam eles

culposos ou dolosos. Crepaldi (2007) refere-se que os erros são atos não intencionais na elaboração de registros e demonstrações contábeis, (atos culposos).

Já para Andrade (1999), a fraude caracteriza-se como resultado de irregularidades e atos ilegais praticados contra a empresa (atos dolosos).

Um eficiente controle interno protege a empresa de fraudes e erros, embora não acabe por completo com isso, porém atua sempre favorecer a organização. De acordo com o CFC, no âmbito da NBC T 12 de 1995, item 12.1.4.1 diz a respeito à fraude e erro:

O termo 'fraude' aplica-se a atos voluntários de omissão e manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
O termo 'erro' aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos, na elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

No que se refere à organização, os erros e fraudes prejudicam a situação financeira da empresa, até porque o seu objetivo é o oposto dessas situações.

2.7 Controle Interno na Contabilidade

O controle contábil da organização são os métodos e procedimentos utilizados para proteger o patrimônio e propriedade dos itens que os compõem (CREPALDI, 2007).

Os procedimentos de controle interno da contabilidade das empresas abrangem os demais departamentos, visto que a contabilidade relaciona informações com as demais áreas.

O controle interno é a base da auditoria e faz parte da auditoria interna. Almeida (1996, p. 50), os controles internos são de responsabilidade do departamento contábil, sendo eles:

- Sistemas de conferência, aprovação e autorização;
- Segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);
- Controles físicos sobre ativos;
- Auditoria interna.

Sabe-se que o controle do departamento de contabilidade, visa direto e indiretamente a conduta de toda a organização, e que a contabilidade gera o demonstrativo financeiro da empresa.

“O controle interno reafirma sua importância, pois informações contábeis distorcidas levam conclusões erradas e danosas para a empresa”. (ATTIE, 2010, p. 192).

Um sistema de contabilidade deverá ser apoiado em um controle interno eficiente, pois as informações contidas em seus relatórios auxiliam o departamento contábil. (OLIVEIRA, PEREZ JR. e SILVA, 2009). Portanto, faz-se necessário no departamento contábil, uma qualificação interna das operações e do quadro de pessoal, para que os registros sejam confiáveis.

Segundo Attie (2009, p. 215), afirma que:

A eficiência do sistema de controle interno como um todo deve permitir detectar não somente irregularidades de atos intencionais, como também erros de atos intencionais: de interpretação como, por exemplo, a aplicação errônea dos princípios contábeis; de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor; decorrentes da má aplicação de uma norma ou procedimento.

Verifica-se que há uma necessidade no departamento contábil de desmembrar funções. Almeida (2007, p. 67) relata que “a segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno”.

Tal procedimento equivale a subtração de possíveis fraudes, erros ou distorções que possibilita a empresa à apresentação confiável de suas demonstrações financeiras.

A respeito do departamento fiscal, as análises de escrituração de notas, apuração de impostos, obrigações junto ao governo e outras funções pertinentes à área, requerer um controle interno de alta veracidade e confiança, devido à saúde da empresa depender das obrigações cumpridas perante o governo. E deste modo, como auditor das informações, o Estado tem o Fisco, o qual acompanha a situação das organizações relacionada à área pertinente.

Malkowski (2000) relata que área fiscal atua com a finalidade de economizar tributos, levando em consideração, que todo contribuinte tem a liberdade de planejar seus negócios, de modo que seja menos oneroso, desde que respaldado pelo aspecto legal.

O controle interno no departamento fiscal funciona justamente como métodos e medidas legíveis de benefícios e planejamentos tributários, este atuando com o objetivo de favorecer a organização, no que diz respeito às obrigações tributárias.

O departamento fiscal deve-se preocupar com as informações eletrônicas fornecidas ao Estado. O Sistema Público Eletrônico Digital (SPED) aumentou o grau de responsabilidade dos sistemas de controle fiscais por parte das entidades. Almeida (2008) diz que o Sistema

Público de Escrituração Digital (SPED) é um programa que prevê a obtenção das informações junto às empresas de forma on-line.

O SPED nada mais é que a transmissão de informações da organização ao Estado, com o objetivo de fornecer a veracidade das obrigações institucionais, apresentadas de forma concreta e conforme as leis estabelecidas. Conforme Brasil (2013), sob o decreto nº7.979 diz que:

Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

A qualidade do controle interno no departamento contábil, também é composta pelas execuções das obrigações fiscais estabelecidas junto ao governo, e o departamento fiscal é parte da contabilidade que auxilia como ferramenta importante para a saúde da organização.

3. METODOLOGIA

Metodologia é um conjunto de métodos de uma pesquisa científica. Bruyne (1991) define que a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos.

3.1 Tipos de pesquisa

A primeira etapa do artigo dedicou-se a pesquisa bibliográfica. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61) “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”, ou seja, é formulado por meio de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses, apresentando assim, confirmações do campo da auditoria interna e do controle interno, conforme objeto da pesquisa.

Realizou-se na segunda etapa a pesquisa documental, que é a busca de informações através de documentos. De acordo com Pádua (1997, p. 62) “Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”.

A pesquisa buscou documentos que continham informações concretas de auditoria, do controle interno e das demonstrações contábeis.

Utilizou-se da pesquisa analítica descritiva na terceira etapa do artigo. Buscou-se explicar a causa e efeito, e a sua relação, no que diz respeito ao campo da auditoria, mostrando a sua importância junto com o controle interno da organização, comparando-as com empresas que não adotam a utilização da mesma, e apresentando a vantagem de adotá-las na empresa.

3.2 Coletas de dados

Foram usados como coleta de dados documentos da própria empresa, como pesquisa documental e pesquisa de ambiente interno, para extrair a importância da auditoria e do controle interno em concessionária de veículos. As respostas obtidas serviram de base da pesquisa.

3.3 Caracterização da empresa

A empresa Luz Veículos LTDA, localiza-se em Goiânia-Goiás, atua no ramo de atividade em venda de veículos novos, usados, peças e acessórios, como também prestação de serviços, tais como: manutenção e reparação de veículos, lavagem e instalações de acessórios. Está há 27 anos no mercado, com o objetivo de favorecer ao cliente qualidade nos negócios. A empresa possui sete funcionários responsáveis pela contabilidade, (incluindo uma matriz, duas filiais e três empresas independentes fazendo parte do grupo). Com porte de empresa médio e regime de tributação Lucro Real, com faturamento e capital social não divulgado pela mesma.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme informações e análise dos dados da empresa Luz Veículos Ltda., constatou-se que a empresa não possui uma auditoria interna que possa validar e analisar o seu controle interno. As segregações de funções no departamento contábil são limitadas, visto que são os mesmos funcionários responsáveis por todas as seis empresas do grupo, e não possui divisão

de departamento contábil e fiscal. Há funcionários responsáveis pelas informações fiscais e também com acesso às funções contábeis.

A empresa adota como ferramenta de controle interno do departamento contábil e fiscal planilhas de Excel, que são utilizadas para o acompanhamento diário das conciliações para detectar erros ou fraudes nos lançamentos. O Excel é uma ferramenta que permite adulteração de informação, porém é classificada como um meio de controle interno da empresa. Este fato poderá gerar falha de confiabilidade das informações apresentadas.

A empresa opta por formulários sistêmicos como controle de operações. Confronta informações do sistema contábil com o sistema fiscal, verificando a divergência entre eles. A contabilidade também é efetuada através das conferências dos relatórios (razões), com relatórios fiscais, exportando do sistema as divergências de informações transcorridas e, conferindo com as mesmas.

Com base nas informações da empresa estudada, o processo de controle interno no departamento contábil, adota métodos e medidas rotineiras que segue a contabilização de informações processuais, que facilita o equilíbrio do controle desta.

Quadro 03. Controle de Receitas Fiscais/Contábil

	CFOP	5102/5405/5 551/5656/64 03/6404	5933/6933		5659/5409	5912/5913	5915/691 5	5949/5411/520 2/6949/6411/6 202	
DATA	VALOR	LIVRO DE SAÍDA	LIVRO DE SERVIÇOS	ICMS	ESCRITA TRANSFEREN CIA	DEMONSTRAÇÃO / CONSIGNAÇÃO	CONSERTO	DEVOLUÇÃO OUTROS	ISS
01/fev	R\$ 10.878,68	8.066,92	564,36	-	2.247,40		-	-	28,22
02/fev	R\$ -						-	-	-
03/fev	R\$ 80.207,81	60.421,21	2.404,13	550,08	16.703,54	-	-	678,93	120,21
04/fev	R\$ 51.799,34	6.464,37	806,37	-	44.528,60	-	-	-	40,32
05/fev	R\$ 228.715,78	218.731,82	2.387,11	1.623,56	7.596,85	-	-	-	119,35
06/fev	R\$ 184.503,15	170.019,67	4.000,39	21,50	9.821,84	-	-	661,25	130,76
07/fev	R\$ 274.296,50	49.598,25	3.098,21	357,00	70.868,02	150.732,02	-	-	154,91
08/fev	R\$ 85.266,81	81.409,98	2.902,29	12,15	954,54	-	-	-	131,29
09/fev	R\$ -						-	-	-
10/fev	R\$ 83.078,93	66.016,37	2.085,46	43,47	14.977,10	-	-	-	104,27
11/fev	R\$ 67.710,48	58.368,58	1.430,69	14,49	7.911,21	-	-	-	71,54
12/fev	R\$ 176.713,94	105.706,46	4.688,26	331,50	6.176,72	60.142,50	-	-	234,42
13/fev	R\$ 20.776,89	13.053,44	5.491,33	-	1.474,47	-	-	757,65	274,60
14/fev	R\$ 142.533,72	131.990,39	6.118,06	561,54	4.425,27	-	-	-	183,54

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pela autora.

Conforme o quadro 03, a empresa adota planilhas de Excel como ferramenta de controle interno para acompanhamentos de lançamentos diários de notas, em que a contabilidade atua como auditor interno das informações e das demais áreas.

No quadro 03 acima, favorece o acompanhamento do livro fiscal da empresa, das notas de despesas e das receitas, para verificar os lançamentos diários do livro fiscal por CFOPs (Código Fiscal de Operações e Prestações), e confrontá-los com os lançamentos na contabilidade, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 04. Controle de Receitas Fiscais/Contábil

Razão	20337/20338	20339	20268	20273	20369/20382 20385/20386/20387 20383	20373	20346/20347/20348 20349/20350/20351 20352/20380	20341/20342/ 20343 20344/20345	28/29 20282	20282			OP 33 SAIDA
RAZÃO CONTÁBIL	VN	VU	ICMS A RECOLHER	ISS	RENDAS OPERACIONAIS	OUTRAS RENDAS	SERVIÇOS	PEÇAS	ICMS POSTERIOR A RECOLHER	ICMS OP 22	12888 REMESSA P/ CONSERTO	12886 DEMONSTRAÇÕES / CONSIGNAÇÃO	SAIDA EM TRANSFERENCIA
8.066,92	-	-		28,22	-	-	564,36	8.066,92	-	-	-	-	2.247,40
-													
60.421,21	-	46.800,00	550,08	120,21	-	-	2.404,13	13.621,21	-	-	-	-	16.703,54
6.464,37	-	-	-	40,32	-	-	806,37	6.464,37	-	-	-	-	44.528,60
218.681,82	54.600,00	149.900,00	1.623,56	119,35	-	-	2.387,11	14.007,11	174,71	-	-	-	7.596,85
169.933,27	160.000,00	-	21,50	130,76	-	-	4.000,39	9.333,27	-	-	-	-	9.821,84
49.598,25	-	42.000,00	357,00	154,91	-	-	3.098,21	7.598,25	-	-	-	150.732,02	70.868,02
81.409,98	51.900,00	-	12,15	131,29	-	-	2.902,29	29.509,98	-	-	-	-	954,54
-													
65.993,64	53.000,00	-	43,47	104,27	-	-	2.085,46	12.993,64	-	-	-	-	14.977,10
58.368,58	47.900,00	-	14,49	71,54	-	-	1.430,69	10.445,70	22,88	-	-	-	7.911,21
105.706,46	53.900,00	39.000,00	331,50	234,42	3.552,50	-	1.135,76	12.806,46	-	-	-	60.142,50	6.176,72
12.347,44	-	-	-	274,60	-	-	5.491,33	12.347,44	-	-	-	-	1.474,47
131.990,39	54.000,00	64.900,00	561,54	183,54	-	-	6.118,06	13.081,10	9,29	-	-	-	4.425,27

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pela autora.

Nos quadros 03 e 04, permite-se mostrar a divergência de informações entre eles, dos lançamentos que estão na contabilidade, com o cruzamento de informações que estão no livro fiscal, favorecendo a conciliação das contas, como por exemplo, a apuração do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço), que é uma obrigação das empresas para com o Estado e outras diferenças de algumas contas de conciliações. Conforme o quadro de divergências exemplificado abaixo.

Quadro 05. Controle de Receitas Fiscais/Contábil

DIFERENÇA	DIFERENÇA TRANSFERENCIAL	DIFERENÇA	DIFERENÇA	DIFERENÇA		CUSTO		RAZÃO	RAZÃO
LIVRO X RAZÃO	LIVRO X RAZÃO	LIVRO DE SERVIÇOS X RAZÃO	ICMS LIVRO X RAZÃO	ISS LIVRO X RAZÃO	OBSERVAÇÕES	Contabilidade	RMP	devolução 42	AJUSTE DE INVENTARIO SAIDA 71
(0,00)	-	-	-	-				-	-
-	-	-	-	-				-	-
-	-	-	-	-				-	-
0,00	-	-	-	-				-	-
-	-	-	-	-				-	-
-	-	-	-	-				-	-
(0,00)	-	-	-	12,20				-	-
-	-	-	-	-				-	-
-	-	-	-	-				-	-
2.354,04	-	-	-	-				-	-
-	-	-	17,50	-				-	-
37,74	-	-	-	-				-	-
1.205,95	-	-	-	-				-	-
26,81	-	-	-	-				-	-

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pela autora.

Através dos quadros 01, 02 e 03 a contabilidade tem acesso às notas fiscais lançadas com divergência do documento original, podendo identificar o usuário responsável pela atuação, e como respaldado, audita a informação de acordo ao erro e responsável, fazendo a conciliação diária das informações.

Além desses quadros como ferramenta de controle interno, a empresa possui o acompanhamento das notas fiscais (entrada/ despesas). Todas as notas de despesas são geradas rotineiras através de um relatório de sistemas e conferidas com o documento original.

O documento deve ser direcionado à contabilidade pelo gerente do departamento, como arquivamento do documento e como método de verificação junto a SEFAZ-GO (Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás) por meio da consulta pela chave de acesso. Tal procedimento é para a verificação da veracidade da nota fiscal, fato no qual a contabilidade já encontrou divergências, como fraude por parte de funcionário em entrada de nota fiscal, a mesma sendo desconhecida pelo fornecedor e pela SEFAZ-GO.

Segue abaixo exemplo dos dados do relatório sistêmico das notas de despesas.

Quadro 06. Relatório de Notas Fiscais de Entrada

contabilidade		NOTAS FISCAIS DE ENTRADA							Página
tipo	consignação	Período 13/03/2017 a 13/03/2017							Data
Nr Nota Sr	Nr Os Entidade	Usuário	VI Nota	VI Entrada	I. Retido	Documento	Operação	Situação	
Entrada	13/03/2017								
2075	1 AF COMEC E ACESS	CLAUDIO I	19,60	-	0,40	NF	COMPRA DE DESP	FATURADA	
3038	1 AF COMEC E ACESS	CLAUDIO I	40,00	-	-	NF	COMPRA DE DESP	FATURADA	
13486	1 DIRECTA COMER E SEF RAQUELD		490,98	-	-	NF	COMPRA DE DESP	FATURADA	
113798	48 VOLKSWAGEN DO BR/ MARIO LIP		43.637,75	-	-	NF	COMPRA DE VEI NV	FATURADA	
113924	48 VOLKSWAGEN DO BR/ MARIO LIP		62.299,19	-	-	NF	COMPRA DE VEI NV	FATURADA	
145108	37 VOLKSWAGEN DO BR/ MARIO LIP		39.654,60	-	-	NF	COMPRA DE VEI NV	FATURADA	
145597	1 VOLKSWAGEN DO BR/ MARIO LIP		39.654,60	-	-	NF	COMPRA DE VEI NV	FATURADA	

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pela autora.

Todas as notas fiscais passam por um processo de autorização contábil (conferência dos dados junto ao *scanner* da nota fiscal original), embora mesmo após a autorização, as mesmas passam por novas conferências, visto que, são seis concessionárias do grupo de porte médio (Lucro Real), e apenas uma contabilidade com quatro funcionários para conferir todo controle de entrada de notas fiscais de despesas. Então, o método que o departamento usa para minimizar as falhas de conferência, é refazer a conferência em um determinado momento, buscando minimizar os erros dos lançamentos de notas fiscais.

O departamento fiscal da contabilidade atua como método de controle interno, faz-se as conferências das notas não escrituradas através do relatório pelo sistema de auditoria (sistema de controle fiscal). O processo é feito diariamente com dois funcionários responsável pelas informações fiscais. Os métodos utilizados são: método de conferência de chave de acesso das notas fiscais no arquivo TXT, série divergente e fiscalização das notas, meio que

facilita a emissão do SPED, sem divergência para a validação, as informações deverão ser passadas com veracidade mensalmente para o Estado.

Nos quadros abaixo seguem alguns dos controles internos de acompanhamentos diários do departamento fiscal.

Quadro 07. Conferências de Retenções da DIRF

MEMÓRIA DE CÁLCULO DIRF										
EMPRESA:		CNPJ:								
EXERCÍCIO:		ANO / BASE:		CÓDIGO:		1708		IRRF SERVIÇOS PROFISSIONAIS PESSOA JURIDICA		
DATA FATO	PERÍODO	CÓDIGO	BASE	IRRF	VR	VR	SALDO	CNPJ		
GERADOR	APURAÇÃO	1708	NF	CÁLCULO	ORIGINAL	MULTA	JUROS	A PAGAR	FORNECEDOR / OBS	
ABRIL								0,00		
04/04/2017	20/05/2017		186775	1.364,42				20,47		
14/04/2017	20/05/2017		186954	990,51				14,86	VOLKSWAGEN DO BRASIL-INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOM	
20/04/2017	20/05/2017		30954	1.760,15				26,40	DISAL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	
20/04/2017	20/05/2017		184654	699,01				10,49	VOLKSWAGEN DO BRASIL-INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOM	
	20/05/2017							0,00		
TOTAL				4.814,09	72,21			72,21		

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pelo autor.

O quadro 07, conferência e retenções da DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte), a conferência dos Impostos Federais IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) serviços profissionais, PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) geram as guias para recolhimento e consequentemente o departamento fiscal acompanha, controla e verifica as planilhas junto ao departamento contábil. Isso é feito diariamente para não haver divergência de informações.

Quadro 08. Composição IRRF Terceiro

	IRRF TERCEIRO	Valor do Imposto	conferencia 1,5%	diferença
12/05/2017	188751- VOLKSWAGEN DO BRASIL	17,53	17,53	0,00
16/05/2017	8927- REWEB INFORMETICA	10,50	10,50	0,00
18/05/2017	31819-DISAL TECNOLOGIA	26,40	26,41	-0,01
22/05/2017	188404-VOLKSWAGEN DO BRASIL	10,49	10,49	0,00
		64,92		

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pela autora.

As retenções de IRRF é 1,5% para as prestações de serviços, exceto vigilância e limpeza que a alíquota é 1% e PIS, COFINS e CSLL que se iguala a 4,65%.

O quadro 09 mostra a conciliação das contas no departamento contábil.

Quadro 09. Composições Contabilidade

Retenção de IRRF serviços profissionais	Valor simbólico: (conferencia da Retenção) 370,00*1,5% (alíquota da retenção) = 5,55	Valor do IRRF da Nota fiscal 5,55
Retenção de PIS, COFINS e CSLL	Valor simbólico: (conferência da Retenção) 370,00*4,65% (alíquota da retenção) = 17,21	Valor do Pis, Cofins e CslI da Nota fiscal 17,21

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017), adaptado pela autora.

A contabilidade tem acesso a diferença de cada imposto e efetua a conferência pela alíquota da retenção. Essas conciliações respaldam de autos de infrações, visto que a empresa já sofreu penalizações pelo recolhimento errado das retenções Federais. Percebe-se necessidade de um acompanhamento mais rigoroso para essas conciliações.

Na figura 01 há exemplos erros encontrados em notas fiscais.

Figura 01. Nota Fiscal de Serviço

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Descrição: - VALOR LIQUIDO: R\$ 272,45 - VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS: R\$ 0,00 (0,00%) - LEI N. 12.741/2012					
Tributável SIM	Item PREST SERVICO MONITORAMENTO ELETRONICO COM LOCAÇÃO EQUIP.- REF. JUNHO/2017	Qtde 1	Unitário R\$ 314,89	Total R\$ 314,89	
PIS (0,0100%): R\$ 2,05		COFINS (0,0300%): R\$ 9,45		INSS (0,0000%): R\$ 0,00	
		IR (0,0100%): R\$ 12,05		CSLL (0,0100%): R\$ 3,15	
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 314,89					
Deduções do ISSQN: R\$ 0,00		Base de Cálculo do ISSQN: R\$ 314,89		Alíquota do ISSQN: 5,00%	
				ISSQN Devido: R\$ 15,74	

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017), adaptado pela autora.

A nota fiscal estava com o destaque do imposto IRRF serviço profissionais (R\$12,05), sendo esse serviço isento ao fornecedor, erro detectado pela conferência da ferramenta Excel, e informando ao fornecedor a importância da correção. Segue abaixo a nota fiscal correta.

Figura 02. Nota Fiscal de Serviço

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
Descrição: - VALOR LÍQUIDO: R\$ 284,50 - VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS: R\$ 0,00 (0,00%) - LEI N. 12.741/2012				
Tributável	Item	Qtd	Unitário R\$	Total R\$
SIM	PREST SERVIÇO MONITORAMENTO ELETRÔNICO COM LOCAÇÃO EQUIP. - REF. JUNHO/2017	1	314,89	314,89
PIS (0,0100%):		R\$ 2,05		
COFINS (0,0300%):		R\$ 9,45		
INSS (0,0000%):		R\$ 0,00		
IR (0,0000%):		R\$ 0,00		
CSLL (0,0100%):		R\$ 3,15		
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 314,89				

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017), adaptado pela autora.

Outro método de controle do departamento fiscal na contabilidade da empresa, é o acompanhamento das notas fiscais não escrituradas, escriturada com chave de acesso errada, ou data, valor, CNPJ ou quais outras divergências que o sistema traz, através da exportação em planilha (conforme abaixo). A contabilidade faz a correção dos erros encontrados na hora de validação do arquivo SPED. Segue planilha abaixo:

Quadro 10. Conferência, Notas fiscais não escrituradas

Relatório: 2 - NF-e NÃO ESCRITURADA (GO - Goiás)							
Série	Nº da Nota	Cancelada	Valor	CNPJ do Emitente	Chave Eletrônica de Acesso da NF-e	Data Process.	Observação
0	13354		342,30		5213040620974500014155000000133541000133541	06/03/2016	-->[INFORMAÇÃO] NF. já escriturada no período: 01/05/2013 à 31/05/2013.
1	2930		1.950,00		52130511639658000164550010000029301055396030	07/03/2016	-->[ATENÇÃO] NF-e Emitida por Terceiros não Escriturada;
0	13836		62,00		5213050620974500014155000000138361000138368	07/03/2016	-->[INFORMAÇÃO] NF. já escriturada no período: 01/06/2013 à 30/06/2013.
1	844		45,00		52130637862216000176550010000008441000008446	07/03/2016	-->[ATENÇÃO] NF-e Emitida por Terceiros não Escriturada;
1	7221		3.453,00		52130633845322001405550010000072211550786508	07/03/2016	-->[ATENÇÃO] NF-e Emitida por Terceiros não Escriturada;
0	41840		11.262,99		5213061746970100424555000000418401938201658	07/03/2016	-->[INFORMAÇÃO] NF. já escriturada no período: 01/06/2013 à 30/06/2013.
0	13972		60,00		5213060620974500014155000000139721000139726	07/03/2016	-->[INFORMAÇÃO] NF. já escriturada no período: 01/06/2013 à 30/06/2013.
0	14434		1.434,60		5213060620974500014155000000144341000144343	07/03/2016	-->[INFORMAÇÃO] NF. já escriturada no período: 01/07/2013 à 31/07/2013.
0	14439		219,00		5213060620974500014155000000144391000144390	07/03/2016	-->[INFORMAÇÃO] NF. já escriturada no período: 01/07/2013 à 31/07/2013.

Fonte: Luz Veículos LTDA (2017). Adaptado pela autora.

Percebe-se alguns erros frequentes no ato da validação do arquivo, isto nada mais é, que uma nova conferência das notas fiscais que estão no banco de dados do sistema contábil da empresa, com o cruzamento de informações e o sistema de entrada de notas (sistema fiscal).

Nota-se que os erros são cometidos pelos funcionários, mas a contabilidade percebe os erros avisa a gerência do erro do funcionário, que procura a diretoria para uma solução.

A contabilidade da empresa adota muito como critério de controle contábil a ferramenta Excel, que embora ajude a conciliação, ainda é uma ferramenta que pode ser adulterada com facilidade. O departamento contábil da empresa é junto com o departamento fiscal, embora tenha funcionários responsáveis pelas informações fiscais, ambos têm acesso as duas funções (contábil e fiscal).

O quadro de funcionário do departamento contábil está sobrecarregado. São seis empresas de porte médio, com regime de tributação o Lucro Real, sendo atualmente quatro funcionários responsáveis pelas informações contábeis, dois pelas informações fiscais, e uma gerência para entrega de relatórios aos diretores, que é a responsável pelas informações contábeis de todas as seis empresas.

Verifica-se a necessidade de segregação de funções, já que ao mesmo tempo em que o funcionário do departamento realiza a conferência para autorização da nota, da entrada com a nota fiscal no sistema, como por exemplo, algumas notas de despesas de determinado fornecedor, é de responsabilidade da contabilidade lançar no sistema.

Verifica-se que a função interna tem pouca confiabilidade, já que a empresa não possui uma auditoria interna que possa validar as informações, e essa responsabilidade é do departamento contábil. O departamento contábil fica a desejar nas próprias informações, já que não possui um validador de informações dos controles internos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle interno é de fato uma ferramenta de extrema importante para identificar fraudes e erros em processos internos das empresas. É notório que sua eficácia necessita além de processos internos, qualificações. No departamento contábil o grau de importância das assertividades desses controles torna-se mais relevantes, visto que a contabilidade cuida do patrimônio e elabora demonstrações das entidades.

O objetivo principal do artigo foi evidenciar a eficácia do controle interno para contabilidade nas concessionárias de veículos, visto que é a mesma responsável pelas demonstrações financeira da empresa.

Notou-se a necessidade da autenticidade dos controles internos, pois a empresa estudada, adota tipos de controles internos que não geram confiabilidade de informações. Conforme relatou-se a empresa adota planilhas de Excel como ferramenta de controle, que

embora seja importante auxílio administrativo, as informações podem ser adulteradas com facilidade, fato que gera insegurança das informações apresentadas.

Verificou-se o quadro de funcionário da contabilidade da empresa está sobrecarregado, que o departamento denota muitas funções e informações, e a organização conforme foi relatado, possui quatro empresas independentes com duas filiais, ambas de porte médio, e de acordo as exigências do Estado, requer muitas informações e obrigações contábeis a serem obedecidas e apresentadas a prazo.

Concluiu-se que, considerando as informações da empresa, a mesma necessita de uma auditoria interna para validar e organizar os controles internos vigentes, fato que também influenciará nas segregações de funções do departamento de contabilidade, visto que o mesmo precisa ser dividido em fiscal e contábil, e segregado conforme as tarefas e funções vigentes. Concluiu-se ainda que é necessário correção e análise dos controles internos hoje utilizados, para que conforme acompanhamento e utilização dos mesmos, as informações contábeis possam possuir mais veracidade e confiança em suas demonstrações e apresentações conforme a necessidade.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____**Auditoria**: Um Curso Moderno e Completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____**Auditoria**: Um Curso Moderno e Completo. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____**Auditoria**: Um Curso Moderno e Completo. 7ª. Edição, São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRADE, Armando. **Eficácia, eficiência e economicidade**: Como atingi-las através de adequados sistemas de controles internos. São Paulo: A. Andrade. 1999.

ATKINSON, Anthony A. **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____**Auditoria**: conceitos e aplicações. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____**Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

_____**Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____**Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1988.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G.; tradução José Evaristo dos Santos. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, Receita Federal do Brasil. **Decreto n° 7.979**, de 08 de abril de 2013. Disponível em: < file:///C:/Users/GERINVESTCAR/Downloads/SC_Cosit_45-2013.pdf> Acesso em: 02 de out 2017.

BRUYANE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos de pratica metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

CARNEIRO, Sílvia Eunice da Silva Martins. **Quais os atributos que um auditor interno deve ter**. 2013. Disponível em: < http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1840/1/DM_SilviaCarneiro_2013.pdf >. Acesso em: 02 out, 2017.

CERVO, Amado Luiz., BERVIAN, Pedro Alcino., SILVA, Roberto da., **Metodologia Científica**. Disponível em: < http://fumec.bv3.digitalpages.com.br/users/sign_in>. Acesso em: 09 out, 2017.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC N° 780/95** de 24 de março de 1995. Aprova a NBC T 12 – Da Execução da Auditoria Interna. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/auditoria/images/stories/documentos/NBCT12.PDF>>. Acesso 02 de out, 2017.

CHING, Yuh Hong. MARQUES, Fernando. PRADO, Lucilene. **Contabilidade e Finanças para não especialistas**, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teórica e prática**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____ **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____ **Auditoria contábil: teoria e prática**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____ **Auditoria contábil: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

D'AVILA, Marcos Zahler e OLIVEIRA, Marcelo A. Martins de. **Conceitos e Técnicas de Controles Internos de Organizações**, São Paulo: Nobel, 2002.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ **Auditoria Contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GEORGE E JONES, Gareth R. Jennifer M. **Administração Contemporânea**. 4.ed. São Paulo: MC Graw Hill 2008.

GOMES, Josir Simeone, SALAS, Joan M. Amat. **Controle de gestão: uma abordagem contextual e organizacional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson Alberto Zappa; CARLIN, Everson Luiz Breda. **Manual de Auditoria Contábil**. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2009. 385 p.

MALKOWSKI, Almir. **Planejamento tributário e a questão da elisão fiscal**. São Paulo: Editora de Direito, 2000.

MARTINS, I ; MORAIS, G. **Auditoria interna, função e processo**. São Paulo: Áreas. 2007.

OLIVEIRA, L. M; PEREZ JR., J. H; SILVA, C. A. S. **Controladoria Estratégica**: 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 8° ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____ **Teoria da contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____ **Curso de auditoria**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 2002.